

TÍTULO DO TRABALHO			
O PROJETO DE GOVERNANÇA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E SUA IDENTIDADE COM O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA (2003-2015)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Marcelo Lira Silva	Instituto Federal de Goiás/Campus de Goiânia	IFG	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Como entender a crise orgânica do Partido dos Trabalhadores, após 35 anos de sua fundação? Tal pergunta se torna de fundamental importância, tanto teórico-metodológica, quanto analítico-conceitual, na medida em que respondê-la implicaria compreender e reconstruir os prismas a partir dos quais se poderia, por um lado, escrever a história do PT; e, por outro, escrever a própria história geral do Brasil contemporâneo. Neste sentido, tornar-se-ia necessário compreender a práxis política que se consolidou em tal partido político, como forma de, por um lado, se entender a dinâmica e o movimento institucional, que conduziu o Partido dos Trabalhadores a quatro vitórias presidenciais sucessivas no Brasil do século XXI; bem como, por outro, se entender o movimento extra-institucional, das manifestações de junho de 2013 e das manifestações de março de 2015, que guardadas as devidas diferenças, encontrar-se-iam em um mesmo processo histórico-social de crise do Bloco no Poder.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Partido dos Trabalhadores – Crise Orgânica – Bloco no Poder			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Understanding the organic crisis of the Workers Party, after 35 years of its founding? Such a question becomes extremely important, both theoretical and methodological, the analytical and conceptual, in that answer I would understand and reconstruct the prism from which one could on the one hand, writing the history of PT; and secondly, to write their own general history of contemporary Brazil. In this sense, it would become necessary to understand the political praxis that was consolidated in such a political party, in order to, on the one hand, to understand the dynamics and the institutional movement that led the Labor Party to four successive presidential victories in Brazil's twenty-first century; and, secondly, to understand the extra-institutional movement, the demonstrations in June 2013 and the demonstrations in March 2015, which saved the necessary differences, find yourself going in the same socio-historical process Block crisis in power.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Workers' Party - Organic Crisis - Block in Power			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

Introdução:

Como poderia caracterizar a relação entre os governos petistas e as distintas frações de classes dominantes no Brasil do século XXI? Responder a tal questão implica por um lado, entender a particularidade do *Partido dos Trabalhadores* em um país que possui uma via de desenvolvimento do capitalismo particular, uma via brasileira, expressa em um tipo de sociedade de mercado dependente e subordinada ao grande capital; por outro, implica em constituir um quadro-analítico conceitual que traga à baila duas categorias centrais: *frações de classes* e *bloco no poder*. Trilhar tal caminho de análise implica romper com o princípio idealista que posicionou os governos petistas enquanto governos de centro-esquerda de caráter nacional-popular.

Pode-se dizer que a *Carta ao povo brasileiro*, bem como as *Cartas de Concertação do CDES*, selaram a aliança entre o *Partido dos Trabalhadores* e frações importantes das *classes dominantes* no Brasil, a partir da qual se articulou certa unidade contraditória da burguesia organizada enquanto *classe dominante*. Em outras palavras, estruturou-se e constituiu-se um *bloco no poder* coeso e sólido a partir do qual o *Partido dos Trabalhadores* comprometeu-se em preservar e expandir os interesses das diferentes frações de classe, a partir do Estado constitui-se em principal força organizativa da contraposição unificadora das *classes dominantes*. Nesse sentido, o Estado interioriza, a partir dos diversos arranjos políticos institucionais forjados nas diferentes conjunturas capitalistas, a cultura política liberal-burguesa, a partir da qual se busca assegurar jurídica e politicamente as condições gerais de produção e reprodução do capital. O Estado torna-se assim o demiurgo jurídico-político necessário à garantia e manutenção da propriedade privada dos meios de produção, bem como pela produção e reprodução da força de trabalho enquanto mercadoria. O Estado Moderno assume a forma e o conteúdo último da política, na medida em que objetiva-se enquanto sintetize necessária a unidade contraditória das *classes dominantes*, de tal forma que as *frações de classe* dominante passam a influenciar direta e indiretamente a condução do Estado de acordo com sua posição no processo de produção e reprodução do capital. Portanto, a unidade das classes dominantes em uma perspectiva de contraposição unificadora depende da correlação de forças existentes no interior do *bloco no poder*, de tal forma que uma das frações tende a se tornar hegemônica e dirigir político-econômica e socioculturalmente as demais frações.

Nesse sentido, o Estado torna-se central nas sociedades de mercado, visto que se converte em principal mecanismo de organização e administração da dominação burguesa. Todavia, essa dominação assume certo nível de complexidade, na medida em que a burguesia assume a forma da pluralidade e da heterogeneidade, apesar de constituírem-se a partir do mesmo conteúdo. A complexidade da dominação burguesa exige que se constitua uma força socialmente multiplicada que seja capaz de administrar e organizar a dominação das classes dominantes. Assim nasce o Estado Moderno, enquanto força socialmente multiplicada, detentor do monopólio legítimo da força, que a partir da metáfora do *Centauro Quironte* passa a organizar e administrar a dominação burguesa, de tal forma a garantir que as diferentes frações de classe disputem o poder sem que se rompa a institucionalidade e os fundamentos do Estado burguês. Nesse sentido, cada arranjo político institucional forjado implica uma determinada adoção de política econômica, como forma de responder objetiva e subjetivamente as necessidades da fração de classe hegemônica, ao mesmo tempo em que concede benefícios as demais frações de classe que compõe o bloco no poder. Nesses termos, o discurso ideológico de que determinada política econômica é necessária à garantia do interesse nacional emerge enquanto uma quimera que em nada se relaciona com a *verità effettuale della cosa*. A adoção de determinada concepção de política econômica depende única e exclusivamente da fração de classe hegemônica no *bloco no poder*. O *bloco no poder* expressa a contraposição unificadora das classes dominantes, sendo o Estado fundamental e necessário à objetivação e internalização da dominação burguesa, visto que somente a partir do Estado podem-se unificar os interesses das diversas frações de classes dominantes, ao mesmo tempo em que garante a hegemonia civil de uma fração de classe sobre as demais.

O Estado Democrático de Direito representa a criação de um ordenamento jurídico sólido, capaz de instituir e garantir institucionalmente às *regras do jogo* necessárias a regulação pela disputa do poder, de tal forma a garantir a contraposição unificadora via processo eleitoral. Nesse sentido, o processo eleitoral assume a forma de um ritual – a famosa festa da democracia –, necessário à regulamentação da disputa pelo poder entre as diversas frações de classes dominantes; e, ao mesmo tempo, assume a forma de garantia de um processo de sucessão que não coloque em risco as *regras do jogo* estabelecidas no e pelo paradigma da sociedade de classes e da garantia dos interesses das *classes dominantes*.

O *bloco no poder* forjado no início dos anos de 1990 fora forjado a partir da hegemonização da fração de classe financeira. Naquele contexto, o Partido da Social Democracia Brasileira incorporara os fundamentos e os princípios neoliberais enquanto forma

de dirigir o bloco no poder constituído em torno do grande capital financeiro. A contraposição unificadora das frações de classes dominantes fundamentava-se no robusto processo de desregulamentação do mercado de trabalho e das amplas políticas de privatizações das estatais brasileiras. Apesar da hegemonia civil da fração de classes financeira, todas as demais frações se beneficiaram desse processo de ataque da economia política do capital contra o trabalho. A ideologia neoliberal do Estado Mínimo acabou por abrir espaços de exploração frutíferos, com lucros amplos e garantidos, a diversos setores das classes dominantes. Na medida em que o Estado negava suas responsabilidades no oferecimento de serviços básicos a população, fora se articulando e se ampliando um mercado de serviços que garantiu altas taxas de lucros a setores importantes das classes dominantes. A política econômica de Fernando Henrique Cardoso estruturou e aprofundou esse processo com o discurso de que era necessário forçar um choque de competitividades abrindo a economia brasileira para o capital internacional. Esse processo fortaleceu e consolidou a hegemonia da fração de classe financeira no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores, em larga medida, manteve a política neoliberal do governo anterior, todavia, dando-lhe uma roupagem de moderação. O consenso que se criou em torno do social-liberalismo petista o permitiu a se propor enquanto dirigente do bloco no poder capitaneado pelo mercado financeiro. Ao longo desse processo, os governos petistas, aprovaram um conjunto de contrarreformas que retiraram direitos sociais importantes das *classes subalternas*, como: a) a contrarreforma da previdência, que desestruturou o serviço público no Brasil; b) a contrarreforma sindical, que garantiu a reconfiguração do sindicalismo liberal-corporativo de Estado; c) a contrarreforma universitária, que consolidou um sistema privado de ensino superior no Brasil, inclusive financiando diretamente tal processo a partir do FIES e do PROUNI; d) a contrarreforma trabalhista, que garantiu o aprofundamento da flexibilização do mercado de trabalho e que vem se aprofundando ao longo desses 12 anos de governo.

As duas décadas de neoliberalismo que passou de um modelo extremado nas duas gestões do Partido da Social Democracia Brasileira, para um modelo moderado nas três gestões petistas, foram capitaneadas pela hegemonia civil sólida do grande capital financeiro. Por um lado, essa contraposição unificadora garantiu altíssimas taxas de lucro aos seus vassalos, expressos nas figuras das demais frações de classes dominantes que estruturaram o bloco no poder; por outro, esse mesmo processo caminhou em direção a um processo progressivo de desindustrialização do país, de tal forma a diminuir a importância e o papel do capital nacional industrial na economia brasileira.

Pode-se dizer que os 12 anos de governo petistas caracterizaram-se pela construção de certo arranjo político-institucional a partir do qual se articulou um conjunto de políticas públicas sociais compensatórias, que em larga medida converteram-se em base social de suas quatro vitórias eleitorais consecutivas à presidência da república. Nesse sentido, poder-se-ia caracterizar tal instrumento de governança enquanto expressão primeira e representação última do próprio *Partido dos Trabalhadores*, bem como da construção do *bloco no poder* que se forjou em 2003. Tratar-se-ia da cisão definitiva com a perspectiva classista posta nos anos de 1980 – quando o partido ainda era caracterizado como um *partido de tendências* (SECCO, 2011) –, a partir da qual nascera um conjunto de organizações relativamente autônomas das *classes subalternas*, como o próprio *Partido dos Trabalhadores* e a *Central Única dos Trabalhadores*. Tais organizações, no decorrer dos anos de 1990 e 2000, tornaram-se partes fundamentais do Estado brasileiro. Daí decorre a questão central desse trabalho, seja ela, a de que o *Partido dos Trabalhadores* converteu-se ao longo de sua consolidação institucional no principal partido da *modernização conservadora* no Brasil do século XXI, visto que fora capaz de controlar e dirigir as *classes subalternas*, ao mesmo tempo em que operava as mudanças gattopardistas da sociedade brasileira.

Do ponto de vista histórico-social, pode-se dizer que o fim da *ditadura civil-militar* brasileira (1964-1985) representara não apenas a abertura política do país, mas e fundamentalmente o esgotamento de um *padrão de acumulação do capital* que necessitava ser recomposto. Nesse sentido, as crises político-econômicas e socioculturais dos anos de 1980 e 1990 poderiam ser entendidas enquanto expressões de uma impossibilidade jurídico-política, visto que os setores conservadores do Estado patrimonialista brasileiro mantiveram os princípios autocráticos institucionais da própria estrutura jurídico-política da *ditadura civil-militar*. Colocara-se, portanto, a necessidade imperiosa da mudança e das transformações sociais, que as frações de *classes dominantes* se demonstraram incapazes de realizar. O *Partido dos Trabalhadores* carregava consigo o signo e o ideário da nova política, de uma política ética e virtuosa, com forte enraizamento nos movimentos sociais e sindicatos rurais e urbanos. Todavia, descolados dos princípios comunistas. No imaginário da população, tratava-se do signo da mudança e das transformações sociais, necessárias a uma sociedade secularmente marcada por desigualdades sociais profundas, enraizadas em um cultura política latifundiária e escravagista. Por outro lado, a chamada *Carta ao Povo Brasileiro* e as *Cartas de Concertação* selariam o novo *bloco no poder* a partir do qual se definiria a viragem de representatividade do *Partido dos Trabalhadores*, que em larga medida descolou-se de sua base social de origem e

passou a identificar-se progressivamente com outras camadas sociais, como forma de sustentação de um projeto político-institucional fundamentado em uma política de alianças amplas e voltada única e exclusivamente a governabilidade.

Apesar de ter se constituído enquanto *organização relativamente autônoma das classes subalternas*, o *Partido dos Trabalhadores*, particularmente a partir do *Manifesto dos 113* decidiu por não constituir-se enquanto determinação objetiva e subjetiva das *classes subalternas*, de tal forma a recusar o papel e a função social de *intelectual orgânico coletivo das classes subalternas*. Antes o contrário, tratara-se de um mero vocalizador e articulador das *manifestações espontâneas das classes subalternas*, na medida em que a espontaneidade garantia a articulação e consolidação de uma *oligarquia férrea operária*, que por um lado operava pelo viés da despolitização das classes subalternas, ao mesmo tempo em que se gestava o processo de profissionalização e burocratização do partido. Nesse sentido, pode-se dizer que o *Manifesto dos 113* representou a primeira refundação do *Partido dos Trabalhadores*, na medida em que por um lado desarticulou internamente a multiplicidade de *tendências* existentes no partido, ao menos no que diz respeito aos processos decisórios e as diretrizes do partido; por outro, definiria seu caráter de partido da *modernização conservadora*, uma vez que se afastava dos *núcleos de base* – sua experiência de representação e distribuição do poder mais exitosa – e se caminhava em direção a profissionalização e burocratização do partido. Este processo iniciado nos anos de 1980 criou as condições objetivas e subjetivas, necessárias a abertura do processo de autonomização dos aparelhos políticos do *Partidos dos Trabalhadores* em relação a sua base social. Tratar-se-ia de um processo de distanciamento progressivo entre os *núcleos de base* e a *direção partidária*, que passaria a utilizar-se dos primeiros para controlar politicamente as *tendências*, todavia, esvaziando progressivamente o caráter deliberativo dos núcleos. Em outras palavras, tratara-se da dissolução das práticas e experiências democráticas internas das formas de organização e administração do partido, que rapidamente se converteram em relações oligárquicas, nas quais os núcleos figuravam enquanto elemento de manipulação de resultados como forma de controlar as *tendências*.

Tal refundação, por um lado, não foi capaz de ouvir os conselhos clássicos de Nicolau Maquiável (1469-1527), que a mais de 500 anos alertava sobre as questões da conquista e da manutenção do poder; por outro, fora incapaz de ouvir os conselhos de Antônio Gramsci, que alertava para a reconfiguração do poder e das novas necessidades que o *moderno príncipe* deveria enfrentar, dentre elas ser capaz de converter-se *em intelectual orgânico coletivo das*

classes fundamentais de tal forma a ser capaz de conduzir a uma *reforma moral e intelectual* da sociedade.

A alegoria de Esopo utilizada por Frei Betto em seu artigo, publicado na Folha de São Paulo logo após o resultado das eleições presidenciais em segundo turno de 2014, para ilustrar o movimento histórico do *Partido dos Trabalhadores*, destaca com clareza e distinção esse movimento de descolamento da base social e reconfiguração de um partido governista. Em “A Fábula petista”, Frei Betto demonstrou como o PT “deixou de valorizar o trabalho da formiga e passou a entoar o canto presunçoso da cigarra. O projeto de Brasil cedeu lugar ao projeto de poder. O caixa do partido, antes abastecido por militantes, “profissionalizou-se”. Os núcleos de base desapareceram. E os princípios éticos foram maculados pela minoria de líderes envolvidos em maracutaias. Agora, a cigarra está assustada. Seu canto já não é afinado nem ecoa com tanta credibilidade. Decresceu o número de sua bancada no Congresso Nacional. A proximidade do inverno é uma ameaça”.

Importante destacarmos que o partido político é um fenômeno histórico-social moderno, a partir do qual se articula e se organiza um dos fundamentos do Estado Moderno, a chamada *democracia representativa*. Trata-se, portanto, das formas de organização forjadas na *sociedade civil*, que se convertem em principais mecanismos de representação e intervenção social. Nesse sentido, o partido político converteu-se em instância representativa, que organiza as demandas advindas dos grupos que representa socialmente, de tal forma a buscar sua efetivação no âmbito do Estado. Assim, como bem definiu um dos principais intelectuais liberais do século XX, “[...] Política significa conflito [...]” (WEBER, 1974, p.28). Portanto, o partido político só pode ser uma forma de organização social, a partir do qual se fundamenta e se propõem os princípios do *grupo social* que o constitui, enquanto princípios que devem ser universalizados no processo de administração e organização da vida social. Não por um acaso o mesmo pensador alemão, afirmou que “[...] todo partido luta pelo poder [...]” (WEBER, 1974, p.38). Todavia, não se trata de uma mera luta pelo poder, mas da capacidade de determinar e constituir as formas e as *regras do jogo* que norteiam e orientam o poder. Em outros termos, a capacidade de tornar-se hegemônico, de tal forma a atrair os outros grupos sociais para si, administrando e organizando os interesses destes, a partir de sua concepção de sociabilidade.

Independentemente da vertente teórico-política que se queira partir, pode-se dizer que os partidos políticos modernos foram e são forjados a partir da articulação de uma nova camada social que se constitui enquanto *intelectuais orgânicos* das *classes fundamentais*. Ora, a luta pelo poder implica na ampliação dos aparelhos políticos e na fixação de uma direção sólida e

perene. O *Partido dos Trabalhadores* passou por esse processo nos anos de 1980, sendo que a partir de 1983, com o chamado *Manifesto dos 113* impôs-se ao partido uma direção fixa, sólida e perene. Tal qual advertira Michels (p. 112), por um lado, o crescimento dos aparelhos políticos implicaria, tanto por razões táticas quanto administrativo-organizacional, na constituição de uma “direção fixa e sólida”; por outro, a profissionalização do partido significaria que as bases social delegariam plenos poderes a direção partidária, que passaria a representá-las de modo continuado e que tratariam dos seus mais diversos assuntos. Assim sendo, a democracia direta tornar-se-ia inviável em tais processos, na medida em que a luta pelo poder exigiria a ampliação constante do partido, o que implicaria em processos de cooptação amplos e generalizados.

Pode-se dizer que a sociedade brasileira do século XXI, nos seus mais diversos contornos, só poderia ser compreendida e analisada a partir de uma perspectiva de totalidade, que fosse capaz de tecer uma teia social que articulasse em seus fios as mais diversas determinações sócio-metabólicas do desenvolvimento do capitalismo desigual e combinado em curso no Brasil. Neste sentido, entender-se-á que a sociedade brasileira fora forjada a partir de uma *cultura patrimonialista*, de viés classista, que em todos os momentos divisores de águas, em que houve a necessária e desejável transformação da sociedade, as *classes dominantes* recorreram a mecanismos jurídico-políticos conservadores, a partir dos quais fosse possível a constituição de certo arranjo político institucional, inteiramente voltado a ativação de processos de *modernização conservadora*, de tal forma a modernizar economicamente o país, todavia, mantendo-se seu eixo estrutural sociocultural e político. Tratar-se-ia, portanto, de um tipo particular de *revolução passiva*, articulada pelo alto na e pelas *frações de classe dominante*, que impossibilitadas de forjar o *consenso social* acerca de seu projeto de sociabilidade – de tal forma a articular em torno de si as principais *frações de classes*, tanto *dominantes*, quanto *subalternas* – e dirigir social e politicamente o país, optara pela via da *modernização conservadora*, por um lado utilizando o monopólio da força do Estado; e, por outro, cooptando as principais lideranças das *classes subalternas*, a partir da concessão de pequenas demandas vindas de baixo, desarticulando assim os principais movimentos de pressão social. Neste sentido, consolidou-se uma *autocracia burguesa institucionalizada* que não permitiu que se forjasse e se articulasse as transformações sociais necessárias e desejáveis para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

Pode-se dizer que tanto as *manifestações de junho de 2013*, quanto as *manifestações de março de 2015*, são formas determinativas objetivas e subjetivas da *crise do bloco no poder*

articulado em 2003, com a vitória de Luiz Inácio “Lula” da Silva (1945 –) à presidência da república. A primeira enquanto manifestação político-cultural de um conjunto de jovens que manifestavam-se de maneira difusa, sem uma pauta clara de reivindicação, mas que trazia o descontentamento com a ausência de projeto de país e com a ausência de possibilidades de emancipação reservadas ao futuro, desenhando claramente o esboço de uma crise institucional de representatividade. Já a segunda, marcada por um claro divisionismo político-econômico e sociocultural do país, a partir do qual vários grupos sociais radicalizaram a perspectiva de princípios autocráticos, de tal forma a reivindicar inclusive a intervenção militar no país, o que em larga medida consubstanciou-se as *manifestações do dia 15 de março*; enquanto que por outro lado, forjou-se a *manifestação do dia 13*, com um viés de conservação do *bloco no poder em crise*.

Parte II:

Pode-se dizer que a primeira eleição direta para presidência da república no Brasil de 1989 demarcou o início de uma Nova-Velha República; Nova, na medida em que se saía de 25 anos de *ditadura civil-militar* aberta; e, Velha, porque a transição para a Nova República fora realizada por um dos principais representantes civis na sustentação dos 21 anos de *ditadura civil-militar* brasileira (1964-1985), o político nordestino José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa (1930 –), mais conhecido como José Sarney.

Com a derrota da PEC nº05/1983, mais conhecida como Emenda Dante de Oliveira, que visava alterar os artigos 74 e 148 da Constituição Federal de 1967 como forma de reestabelecer a normalidade das eleições diretas à presidência da República no Brasil interrompida pelo *golpe civil-militar* de 1964, fora reativada *ideologia da conciliação* de caráter gattopardista, como forma de se manter o caráter *autocrático burguês institucionalizado* das instituições políticas brasileiras, ao mesmo tempo em que se concedia algumas reivindicações advindas dos grupos de pressão das classes subalternas para que se pudesse transitar sem grandes traumas de uma *ditadura civil-militar* para uma democracia eleitoral. Importante salientar, que tal processo acabou por transformar-se em um dos principais movimentos pela democratização do país nos anos de 1980, conhecido como *Diretas Já*. A PEC nº05/1983 necessitava de pelo menos dois terços de adesão na Câmara dos Deputados, para que tramitasse no Senado. Todavia, a PEC Nº05/1983 foi a votação no dia 25 de abril de 1984 e rejeitada pelos então deputados federais,

sendo 298 votos favoráveis, 65 contrários, 03, abstenções e 113 ausências. Com a rejeição da Emenda Dante Oliveira às eleições presidenciais de 1985 ocorreu de forma indireta, de tal forma que fora eleito à presidência da república Tancredo Neves e José Sarney para vice-presidente. Com o desaparecimento inesperado de Tancredo Neves, ficou responsável pelo processo de redemocratização um dos homens fortes do *regime civil-militar* brasileiro. Assim, José Sarney chegou à presidência da República pela via das eleições indiretas, trazendo em seu currículo de vida pública passagens por partidos conhecidamente representantes da cultura política autocrática, coronelista e patrimonialista. Em sua carreira política consta passagens pela UDN (1955-1964); posteriormente aderiu a ARENA (1964-1979), e na medida em que se apresentava o colapso do *regime civil-militar* transitou para o PDS (1979-1984); logo em seguida, para o PFL (1984-1985); e, finalmente para o PMDB (1985 – presente). Neste processo de vida pública marcada pela defesa do autocratismo, foi governador biônico do Estado do Maranhão (1966-1971), senador pelo mesmo Estado de 1971 à 1985 e após o exercício da presidência se manteve como senador do recém criado Estado do Amapá.

Do ponto de vista institucional a Nova República fora forjada dentro de um processo ontogenético de formação do Brasil, a partir do qual a particularidade da Nova República determinava-se enquanto concreção da universalidade da formação social brasileira. Tratar-se-ia, portanto, de compreender a particularidade da Nova República enquanto determinação objetiva específica de uma universalidade enraizada nas origens da autocracia burguesa. O conceito de *autocracia burguesa institucionalizada*, corporificado e internalizado na forma da *ideologia da conciliação* (MAZZEO, 2015), apresenta-se enquanto fundamento primeiro do processo de transição.

Assim, a transição para a Nova-Velha República se deu fundamentada nos princípios da *autocracia burguesa institucionalizada*, que sob a forma da *ideologia da conciliação*, articulava um *Bloco no Poder* que expressava a debilidade das *classes dominantes*, que para manter as instituições política brasileiras subordinadas aos princípios autocráticos, ou seja, que para se manter no poder, buscava conciliar seus interesses com os interesses externos. Do ponto de vista interno, constitui um conjunto de arranjos políticos-institucionais a partir dos quais constituíra mecanismos de cooptação seletiva de parte das *classes subalternas*, por um lado; enquanto que por outro, buscava reprimir e massacrar as *frações de classes* mais combativas e radicalizadas entre os subalternos.

Só se pode compreender a trajetória do *Partido dos Trabalhadores*, na medida em que se compreenda a relação entre particularidade-singularidade-universalidade, enquanto

totalidade concreta. Ou seja, na medida em que se compreenda o concreto enquanto síntese de múltiplas determinações e, portanto, a unidade da diversidade. Torna-se importante destacar que a formação social brasileira desenvolve-se ontologicamente enquanto uma particularidade capitalista não-clássica. Isso quer dizer que o processo de modernização brasileiro possui particularidades próprias, na medida em que o capitalismo se determina por uma *via brasileira*.

Em termos ontológicos, pode-se observar que as *classes dominantes* foram forjadas no Brasil, a partir das múltiplas determinações que corporificaram uma burguesia agrário-exportadora, latifundiária e de caráter escravista, que articulou um processo de emancipação política pelo alto com a clara finalidade de constituir um poder público de viés privatista. Eis a dificuldade de se verificar na história das instituições políticas brasileiras a constituição de um espaço público autônomo, articulado no e pelos princípios do igualitarismo e da democracia moderna. Ou seja, trata-se de uma *classe dominante* que criou um Estado sem uma nação, como forma de utilizá-lo para fazer valer os seus interesses político-econômicos de forma direta. Neste sentido, constituiu-se no Brasil um Estado forte, centralizado e autocrático, fundamentado em princípios que passaram a se manifestar objetiva e subjetivamente no conjunto de instituições que foram se forjando ao longo do século XIX e XX. Nesse processo de constituição do Estado brasileiro, tendeu-se a incorporar as mais diversas formas de organizações autônomas da *Sociedade Civil*, como forma de se consolidar um tipo particular de *bonapartismo colonial* (MAZZEO, 2015). O *bonapartismo colonial* foi a modalidade política acessada pelas *classes dominantes* em todos os momentos chaves de transição da sociedade brasileira, que exigia nos mais diversos momentos de modernização que se transformassem as relações sociais de produção e de trabalho.

Somente a partir da compreensão desse processo que se pode compreender o fenômeno do *Partido dos Trabalhadores* no último quartel do século XX, bem como suas novas determinações na primeira década do século XXI. Pode-se dizer que o *Partido dos Trabalhadores* passou por um processo de *aggiornamento ideológico* no processo de constituição da Nova-Velha República, iniciada nas e pelas eleições de 1989 e que se desdobrara em um novo *Bloco no Poder* em 2002 com a vitória de Luiz Inácio “Lula” da Silva (1945 –), principal liderança política do *Partido dos Trabalhadores*, tendo, como principal mentor intelectual e *condottiere*, José Dirceu.

Nesse processo de consolidação da Nova-Velha República o *Partido dos Trabalhadores* transitou de um partido de oposição parlamentar e extraparlamentar para um partido de governo, que constituiu e consolidou um *Bloco no Poder* extremamente sólido no Brasil do

século XXI. Tamanha é a sua solidez que mesmo frente a uma *crise de governo* que se desdobrou em *crise política*, manteve-se sólido e perene do ponto de vista da hegemonia. Torna-se importante destacar que a crise brasileira não é uma *crise de hegemonia*. Ora, de um partido de oposição extraparlamentar nos anos de 1980, o *Partido dos Trabalhadores* transformou-se em partido de oposição institucional e institucionalizada no anos de 1990, de tal forma a controlar e desarticular todos os mecanismos de oposição extraparlamentar do partido, que estavam presentes por um lado nos *núcleos de bases* e por outro nas múltiplas *tendências* do partido. Essa desarticulação dos mecanismos de oposição extraparlamentar, responsáveis pela renovação e formação de seus quadros políticos, fez com que o partido transitasse de um *partido de massas* com potencial revolucionário para um partido político restrito e limitado ao parlamento.

Um dado importante a se verificar é o de que as primeiras pesquisas acerca do fenômeno do Partido dos Trabalhadores, apontavam que em suas raízes poder-se-ia observar a consolidação de três núcleos formativos: a) a igreja progressista; b) os remanescentes dos grupos da luta armada; e, c) o novo sindicalismo. Tratar-se-ia de três vertentes socioculturais e políticas distintas, todavia que se caracterizavam naquele momento histórico específico por ter grande capilaridade nas *classes subalternas*, tanto urbanas, quanto rurais. Assim:

[...] Desdobrando aquele tripé, poderíamos dizer que o PT surgiu de pelo menos seis fontes diversas. A primeira foi o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado pela igreja católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskistas; a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura (embora seja possível agrupar estes dois últimos). (SECCO, 2011, p.27).

Ora, trata-se de um partido complexo em sua estrutura organizacional interna, na medida em que convertia-se enquanto expressão de diversos grupos sociais de vieses progressistas, sendo alguns revolucionários, que no momento de transição de um *regime civil-militar* para a Nova-Velha República, converteu-se em principal organização social das forças progressistas brasileiras. Tratara-se da constituição do segundo *partido de massas* na história do Brasil, criado na e pelas *classes subalternas*, portanto, fora das relações político-institucionais mediadas pelo parlamento, e que carregava o potencial de se determinar objetivamente enquanto organização autônoma das *classes subalternas*.

O *Partido dos Trabalhadores* fora oficialmente fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion – bairro de classe média alta na cidade de São Paulo. Dentre os presentes na reunião de fundação do *Partido dos Trabalhadores* encontravam-se em sua maioria: a) estudantes; b) intelectuais; e c) líderes de movimentos populares. Naquela reunião fora constituído e aprovado um documento importante que viria a nortear as ações do partido nos anos de 1980: o *Manifesto do PT*. Tratara-se de um documento importante de fundação do partido que referendava a chamada *Carta de Princípios do PT* – documento lançado no ato de 01 de maio de 1979, em São Bernardo do Campo. Em tal documento “o PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo”. Trata-se de reconstituir e reconfigurar nos trópicos todo o debate italiano acerca da *crise orgânica* do Partido Comunista Italiano e sua perspectiva eurocomunista, que abandonara o paradigma da contradição entre capital e trabalho, presente na teoria social de Marx e passara a tomar como princípio primeiro a *democracia como um valor universal*¹. Á época, destacara-se no debate de crise orgânica do Partido Comunista e Italiano, a figura de Norberto Bobbio que se consolidou enquanto principal *intelectual orgânico* liberal-burguês de questionamento dos princípios comunistas.

Torna-se importante destacar que a proposta de criação do *Partido dos Trabalhadores* – *Tese de Santo André-Lins* –, nasceu dos desdobramentos do processo grevista de 1978 e 1979, ocorrido no *ABC paulista*². Tal documento surgiu a partir do congressos de metalúrgicos do Estado de São Paulo, ocorrido em janeiro de 1979 em Lins; e, do congresso nacional de metalúrgicos, ocorrido em junho de 1979 em Poços de Caldas. O partido nasce muito influenciado pelo chamado eurocomunismo, que negava oficialmente tanto o comunismo quanto a socialdemocracia clássica, de tal forma a se comprometer, como seus documentos traziam claramente com um programa para a democracia. Pela ausência de um projeto de país em seu programa, não se poderia responder em sua fundação a questão: qual democracia? e, o que fazer para torná-la efetiva?

Com a fundação do *Partido dos Trabalhadores*, outras tendências aderiram ao partido recém-criado, como: a) *Organização Socialista Internacionalista*; b) *Convergência Socialista*;

¹ Ver Carlos Nelson Coutinho.

² Dos anos de 1930 até o início dos anos de 1980, o Brasil viveu pelo menos dois grandes processos estruturais que afetaram aquela região: a industrialização e a urbanização, ligadas ao aumento demográfico e à acumulação acelerada de capital, especialmente centralizada no Estado de São Paulo. No ABC, a grande indústria automobilística se concentrou, assumindo a vanguarda produtiva e tecnológica do Brasil com suas montadoras e fábricas de autopeças: nos anos setenta, a indústria automotiva liderou a acumulação de capital, com taxas anuais de crescimento acima dos 30%. (SECCO, 2011, p.37).

c) o PCBR; d) a ALN; e) a MEP; e, f) a AP; além de dissidentes do PCdoB, PCB, e MR-8. Na maioria dos casos, as *tendências* se dissolveram internamente e constituíram ou aderiram outras *tendências*. Nesse sentido, pode-se dizer que o *Partido dos Trabalhadores* dos anos de 1980 poderia ser caracterizado enquanto um partido pluralista, sem uma leitura clara e objetiva acerca do Brasil e das necessidades de mudanças e transformações que o momento histórico exigia. Em outras palavras, faltava-lhe um projeto de país – o que poderia ser apontado enquanto sua principal debilidade –. O princípio que unia a diversidade de *tendências* dentro do partido, que poderiam ser caracterizadas enquanto partidos dentro do partido, encontrava-se no programa para a democracia. Talvez, pela particularidade do período histórico, de estar se transitando de um *regime autocrático civil-militar* para uma *democracia burguesa*. O que o *Partido dos Trabalhadores* negligenciou, devido à ausência de um projeto de Brasil, fora a *autocracia burguesa institucionalizada* que se desdobrava em um *bonapartismo colonial* que formalmente adquiria a forma de democracia. Tal debilidade poderia ser verificada na predominância dos dois principais vetores políticos e socioculturais que hegemonizaram o partido, sejam eles: a) as CEBs, a partir das quais se articularam os *núcleos de base*³ heterogêneos e que se tornava um mecanismo político da *intelligentsia* sindical para controlar as *tendências*; e, b) o novo sindicalismo.

Contrariando as recomendações e conselhos que o pensador Antônio Gramsci dera ao *Moderno Príncipe*, ainda no início do século XX:

[...] os líderes operários do ABC formaram o eixo principal da rotação política do PT, ora mais à esquerda, ora a favor da moderação, contrapondo-se à imposição de uma doutrina oficial do partido. Na primeira convenção nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, no ano de 1981, Luiz Inácio da Silva proferiu o histórico discurso que foi incorporado aos documentos básicos da formação política do PT. Ele declarou “que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas”, tal qual afirmavam tanto a esquerda tradicional quanto a direita, que elogiava os operários enquanto não se imiscuissem “na política”. (SECCO, 2011, p.50).

Ao negligenciar os conselhos do pensador italiano, o *Partido dos Trabalhadores* não fora capaz de se converter em educador do processo de transformação da realidade brasileira, não fora capaz de se converter em *Moderno Príncipe*, limitando-se e restringindo-se

³ Os núcleos do PT não eram uma herança das células comunistas e nem das seções socialistas. Em parte eles mimetizavam as CEBs e foram a expressão política de uma organização popular originalmente religiosa. Isto se comprova pela mistura de círculo de estudos, discussões e organização de ações locais que substituíram muitas vezes carências da população. (SECCO, 2011, p. 78).

progressivamente a *pequena política*. Nesse sentido, não fora capaz de cumprir o potencial que apresentava em suas origens de determinar-se enquanto *organização autônoma* das *classes subalternas*, de tal forma a educá-la em seu processo de manifestação espontânea, imprimindo-lhe um caráter formativo com vistas a claro posicionamento na *luta pela consciência* autônoma e revolucionária, de tal forma a ser educado por essa classe em seu processo autoconstitutivo. Não por um acaso Luiz Inácio Lula da Silva fora comparado ao líder político polonês católico, Lech Walesa (1943 –), que recebeu o prêmio Nobel da paz em 1983 por sua suposta militância pelos direitos humanos e seus posicionamentos políticos anticomunistas. Lech Walesa foi um dos fundadores e líder do *Solidarnosc* e presidente da Polônia de 1990 a 1995.

Os primeiros anos de formação do *Partido dos Trabalhadores* se pode observar a dificuldade que o partido enfrentara de passar da perspectiva economicista própria do *novo sindicalismo* para a luta política, ao mesmo tempo, tendo que conciliar as múltiplas posições das *tendências* internas ao partido. Portanto, os anos de 1980 colocaram duas tarefas essenciais ao partido: a) transitar da perspectiva economicista do *novo sindicalismo* para um projeto de país; e, b) unificar as tendências a partir deste projeto. O fato, é que nem uma nem outra tarefa foram realizadas. No primeiro caso, o partido não fora capaz de produzir um projeto de país, de tal forma a não ter sido capaz definir a estratégia política de transformação social, bem como as táticas de intervenções políticas essenciais para se efetuar as mudanças político-econômicas bem como socioculturais da sociedade brasileira. No segundo caso, por não ter sido capaz de criar e articular um projeto de país, acabou-se por unificar o partido em uma perspectiva de profissionalização e burocratização do partido, de tal forma a cooptar algumas *tendências* para o projeto de poder que se desenhava e excluir direta e indiretamente do partido as *tendências* oposicionistas que para a *intelligentsia* que se conformava no partido ameaçava fragmentá-lo. Este processo pode ser observado a partir dos documentos produzidos nos e pelos dois primeiros encontros nacionais do partido, em que se limitava a se discutir a atuação do partido nos processos eleitorais e, em alguma medida os *núcleos de base*. O partido limitava-se a discutir a política sindical do partido, sem se criar as mediações necessárias para que se passasse da luta sindical economicista a luta política propriamente dita. Diga-se de passagem, a luta travada na esfera da *grande política*. O que pode ser verificado nos documentos do I Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado na ALESP, nos dias 8 e 9 de agosto de 1981.

A política sindical foi debatida amplamente e afirmou-se a necessidade de se criar uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) a partir da Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras). Ocorre que a reunião da

Conclat na Praia Grande, em agosto de 1981, não havia chegado a um acordo. Dois Conclat, orientados por duas correntes de pensamento sindical opostas, seriam convocados. O PT apoiaria a realização do Conclat de São Bernardo do Campo em agosto de 1983, que criaria a CUT, enquanto o de novembro de 1983 manteve a sigla com novo significado (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras) dando origem em 1986 à CGT – Central Geral dos Trabalhadores – (SECCO, 2011, p. 74).

A ausência de um projeto de país fez com que o partido se limitasse a uma perspectiva economicista, própria do *novo sindicalismo*, ao mesmo tempo em que não conseguia pensar o partido para além dos processos eleitorais e a necessidade de se fazer com que o partido crescesse para além de uma perspectiva parlamentar. O II Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorrido entre os dias 27 e 28 de março de 1982, no Instituto Sedes Sapientiae em Perdizes, se observa a preocupação do partido em se tecer alianças eleitorais e, ao mesmo tempo, traçar uma estratégia de financiamento das campanhas a partir da criação de uma tarifa de 30% sobre os salários de todos os parlamentares do partido. Essa decisão traçaria o mecanismo de financiamento do partido, que passaria a se vincular umbilicalmente com a estrutura estatal e a necessidade ampliação do partido. Tratar-se-ia dos primeiros passos de desvinculação de uma *partido de massas* para um *partido de governo*, que via única e exclusivamente na estrutura estatal seu mecanismo de crescimento. A questão do Fundo Partidário aparece no partido entrelaçada a necessidade de se fazer a transição de um *partido de massas* para um *partido de governo*. Ou seja, transitar de uma oposição extraparlamentar para uma oposição parlamentar, que em algum momento se colocaria em condições de ser situação governamental.

Apesar das limitações teóricas dos *núcleos de bases*, que por diversos momentos serviram para controlar e combater politicamente as *tendências* do partido mais radicalizadas no espectro da luta política, os *núcleos* acabaram por criar uma cultura política democrática dentro do partido. Todavia, claramente a *intelligentsia sindical* que se criou fora se distanciando progressivamente dos próprios *núcleos de base*, de tal forma a profissionalizar e burocratizar o partido como forma de se constituir e se enraizar uma *oligarquia férrea operária* que passaria a desarticular e a desestruturar tanto as *tendências* internas quanto os próprios *núcleos de base*. Ou seja, os dois mecanismos de formação de quadros e de democracia interna foram progressivamente desestruturados e desativados, pelo projeto de poder da *intelligentsia sindical* que rapidamente se constituiu em uma *oligarquia férrea operária*.

O funcionamento dos *núcleos de base* só eram interessante quando convinha a cúpula do partido. Tratava-se de uma mão-de-obra gratuita que interessava a difusão das ideias do partido, ao mesmo tempo, em que serviam de massa de manobra nos processos deliberativos em que as tendências radicalizadas adquiriam certa força. No entanto, quando os *núcleos* ascendiam da esfera de mão-de-obra partidária gratuita para a organicidade partidária, deixavam de interessar a direção e eram rapidamente desarticuladas e desalojadas dos processos de deliberação. Essa dinâmica esquizofrênica, pragmática e utilitarista, entre *núcleos de base* e *direção*, presente desde o nascedouro do partido, acabou por torna-lo um partido de profissionais, que ao consolidar uma *oligarquia férrea operária*, desestruturou e desativou seus principais *núcleos de base*, restando apenas resquícios de núcleos que se converteram em comitês de campanhas dos políticos profissionais.

Tamanha era a rapidez em que se constituía e se consolidava a oligarquia férrea operária dentro do *Partido dos Trabalhadores*, que quatro anos depois da criação do partido já se discutia abertamente a crise dos *núcleos de base*. Nessa perspectiva, o III Encontro Nacional dos Partidos dos Trabalhadores, realizado no período de 6 a 8 de abril de 1984 em São Bernardo do Campo-SP, trazia como pauta a *crise da nucleação*, na medida em que o partido já se encontrava em um rápido processo de burocratização e profissionalização que cindia de forma progressiva a *oligarquia férrea operária* que se constituía na forma de *direção* e os *núcleos de bases*, um dos principais mecanismos de democratização do partido. Assim, a *direção* que se consolidou retirava progressivamente o poder de deliberação dos *núcleos de base*, esvaziando-os política e objetivamente. Conforme o Partido dos Trabalhadores foi se profissionalizando e transitando da atuação extraparlamentar para a parlamentar, ou seja, conforme foi se institucionalizando e enraizando-se na cultura brasileira como um *partido de governo*, os *núcleos de base* e a importância dos *núcleos* foram decrescendo, alargando-se e impondo-se sua relação com o projeto de *modernização conservadora*. Os *núcleos* que sobreviveram perderam seu caráter de discussão e deliberação e passaram a funcionar como meros comitês eleitorais.

A crise dos *núcleos de base* já nos primeiros anos de formação do partido demarca o processo de profissionalização e burocratização do partido, que tenderia a constituir e enraizar uma *oligarquia férrea operária*, que ao eliminar e/ou bloquear os *núcleos de base* e as *tendências*, completaria a transição de um partido que nasceu enquanto *partido de massas* e se tornou um *partido de governo*. Esse processo pode ser observado na dinâmica das eleições de

1989 aos desdobramentos objetivos e subjetivos das eleições de 2002, em que o *lulismo*⁴ se consolidara enquanto expressão e programa da *ideologia da conciliação* para o Brasil do século XXI, como clara objetivação do projeto de *modernização conservadora* e, portanto, com o fortalecimento da *autocracia burguesa institucionalizada*.

Apesar de o partido ter sido regulamentado o direito de tendências no dia 20 de maio de 1990, o que se pôde observar nos anos de 1980, mas principalmente nos anos de 1990, foi a cooptação para o projeto de poder da *oligarquia férrea operária* que nos anos de 1990 já estava consolidada, ou a expulsão indireta do partido. Pode-se dizer que o *Manifesto dos 113* liderado pela principal liderança sindical do partido, está na origem da *oligarquia férrea operária* que se consolidou no partido nos anos de 1990. O *Manifesto dos 113* caracterizara-se por ser o momento de consolidação de uma *intelligentsia sindical*, que buscou unificar o partido a partir do projeto de *modernização conservadora*, anulando tanto as *tendências* quanto os *núcleos de base*, de tal forma a dar vida a um partido morto. O *Manifesto dos 113* demarca o início da passagem do *Partido dos Trabalhadores* de um *partido de massas* para um *partido de governo*, que vinculava a expansão do partido as vitórias eleitorais, ou seja, desvinculava o partido de seu caráter de atuação extraparlamentar e, portanto, de politização das *classes subalternas*; e, o restringia e limitava a uma atuação parlamentar, que o distanciava progressivamente de suas bases, ao mesmo tempo em que o aproximava de uma concepção de partido restrita e limitada aos políticos profissionais. Fora tal processo que constituiu e enraizou uma *oligarquia férrea operária* na forma de uma *direção centralizada*, que se separava progressivamente de suas bases sociais.

Em seu *Fausto*, Goethe dizia que “*tudo o que existe merece perecer*”. Assim, ocorreu com a capacidade de direção do *Partido dos Trabalhadores*, visto que a crise acirrou a competitividade e o controle de recursos naturais e energéticos no mundo capitalista, de tal forma a ameaçar a garantia das altas taxas de lucro que até então os governos petistas proporcionavam ao grande capital no Brasil. Foram tais contradições que levaram ao aparecimento de fraturas sérias no *bloco no poder* dirigido pelos petistas desde 2002, todavia, apesar das graves fraturas não se colocara em xeque a *hegemonia civil* do grande capital, que se mantivera inabalavelmente sólida, mesmo em um cenário de crise político-econômica e sociocultural gravíssimas no país. Torna-se importante destacar esse último aspecto, visto que a

⁴ Ver André Singer.

crise ultrapassa o caráter político-econômica e adquire contornos de *crise sociocultural*, visto que se abre uma *crise de subjetividade nas classes subalternas* e se converte rapidamente em *crise de representatividade*. Nesse cenário de *crise de representatividade*, abre-se espaço para o avanço de setores conservadores da sociedade que passam a determinar a pauta do país, de tal forma a fazer regredir princípios democráticos básicos conquistados ao longo do século XX no país, ameaçando-se os três fundamentos básicos da *cidadania* liberal-burguesa: *direitos civis*; *direitos políticos*; e, fundamentalmente, os *direitos sociais* (MARSHALL, 1950).

Pode-se dizer que as fraturas do *Bloco no Poder* começam a aparecer no início do primeiro governo (2011-2014) Dilma Rousseff. Como nos esclarecera Lênin no início do século XX o entrelaçamento entre *capital industrial* e *capital financeiro* ou *rentista*, acabaria por gerar uma nova dinâmica do capitalismo mundial, conformando um grande capital de caráter imperialista. Esse processo de desenvolvimento desigual e combinado do capital, carregaria consigo essas determinações objetivas do capitalismo contemporâneo, de tal forma que no Brasil do final do século XX articulou-se uma hegemonia direta da fração bancária, que permanentemente passou a se colocar a seguinte questão: como enfrentar a tendência decrescente das taxas de lucro? Com a crise de 2008 a questão que passa a ser posta volta a ser novamente a mesma. Fora essa questão que levou o governo Dilma Rousseff ao colapso em 2015, visto que não fora capaz, pelo menos em um primeiro momento, de transitar de uma *política-econômica neoliberal moderada* para uma *política-econômica neoliberal extremada*, capaz de garantir as altas taxas de lucro do grande capital, freando assim a tendência decrescente das altas taxas de lucro.

Em um primeiro momento, o governo brasileiro enfrentou a crise de 2008 com as reservas que havia acumulado ao longo do cenário internacional favorável a economia brasileira. Todavia, torna-se importante destacar que toda crise gera acirramento de posições e de competitividade no mercado internacional. Com o acirramento do processo de competitividade os preços das *commodities* passaram a despencar progressivamente, ao mesmo tempo, os principais países do capitalismo mundial passaram a se movimentar geopolítica e militarmente a fim de garantir e controlar a maior quantidade possível de recursos naturais e energéticos. Movimentação que passou a gerar grande instabilidade política na periferia do capitalismo.

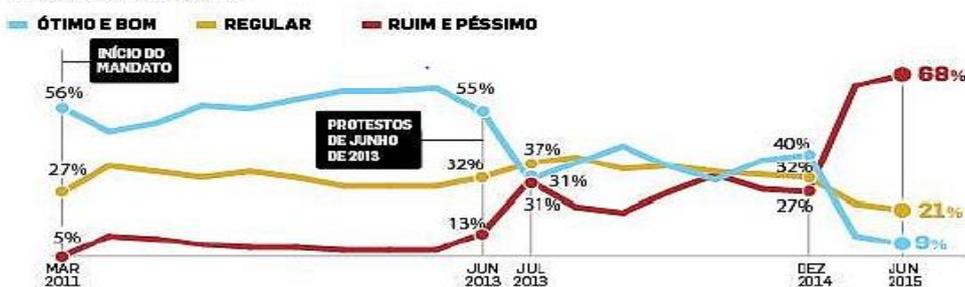
Nesse cenário, o Brasil perdeu seu principal mecanismo político-econômico de enfrentamento da crise. É, justamente, esse o elemento que conduz a exposição das primeiras fraturas do *Bloco no Poder*. Aquela *hegemonia civil* sólida que dava 80% de aprovação ao

governo Lula em 2010 e que em larga medida garantira-lhe eleger uma sucessora desconhecida da população brasileira, que nunca havia disputado um pleito eleitoral – vulgarmente definida como poste –, converteu-se em pouco tempo em um índice de reprovação altíssimo. De acordo com a Pesquisa CNI/Ibope divulgada em 01/07/2015, 68% dos brasileiros consideram o governo Dilma Rousseff como ruim ou péssimo, sendo que apenas 9% dos brasileiros consideraram o governo ótimo ou bom.

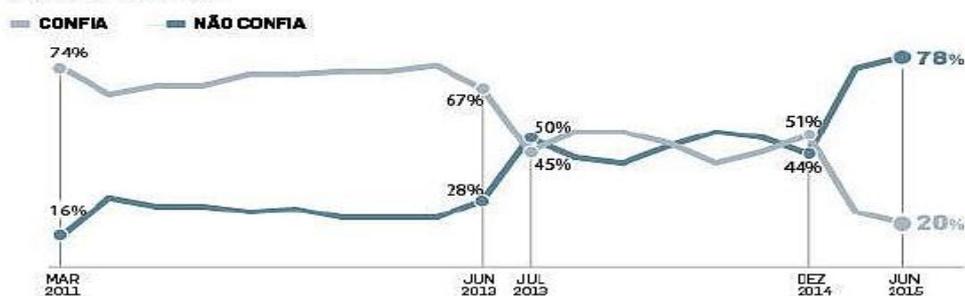
POPULARIDADE EM QUEDA

● Pesquisa CNI/Ibope de avaliação do governo Dilma foi feita entre 18 e 21 de junho com 2.002 pessoas

Avaliação de governo



Índice de confiança



Obs.: margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Pesquisa foi feita em 141 municípios

FONTE: CNI/IBOPE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Os dados revelam um colapso do governo Dilma Rousseff e a ausência de *virtu* para governar o país. Todavia, há de se levar em conta outras variáveis que se somam a *crise política* que se aprofunda diariamente no país. Importante destacar que a *crise política* enfrentada por Dilma Rousseff, apesar de ter muitos elementos internos ao governo, que dizem respeito a sua inabilidade política em construir alianças e definir pautas de governança, há de se levar em conta outros elementos de caráter exógeno ao governo, que ultrapassam a questão da habilidade do príncipe; dizem respeito, a *crise de representatividade* e, particularmente, a *crise de subjetividade das classes subalternas*. O que nos leva diretamente a *crise orgânica* do Partido dos Trabalhadores.

Havia certa clareza na sociedade brasileira que Dilma Rousseff fora uma invenção farsesca de Lula, por um lado para controlar o *Partido dos Trabalhadores*, de tal forma a impedir que uma liderança histórica do partido emergisse e ofuscasse sua estrela; por outro, para controlar a sucessão presidencial e até mesmo os mecanismos de um possível retorno. Não por um acaso, Dilma Rousseff que ingressara no partido em 2001, já dentro de uma perspectiva profissional e burocrática de partido, fora a figura ungida pelo príncipe da *oligarquia férrea operária*. Dilma Rousseff viera do PDT, não era um quadro histórico do *Partido dos Trabalhadores*. Portanto, por sua visão tecnicista e pouco politizada sabia-se que a tendência era de se abriria um governo mais conservador que o governo Lula.

Um dado importante a se destacar é o de que a *autocracia burguesa institucionalizada* se fortaleceu com a ascensão de Dilma Rousseff ao poder, visto que as figuras técnico-burocráticas que assumem ao poder tendem a compreender a questão da governabilidade enquanto um dado técnico. Um equívoco crasso em política. O primeiro governo Dilma caracterizou-se por ser uma mescla entre *política neoliberal moderada* e *medidas anticíclicas* localizadas, bem como a continuidade de todo o conjunto de políticas públicas compensatórias articuladas por seu antecessor. Tratara-se de uma síndica que estava gerindo as políticas implantadas pelo governo anterior, sem que se houvesse a mínima avaliação política do processo e da particularidade histórica do país. Pode-se localizar a viragem à direita do governo Dilma com as *Manifestações de 2013*, devido sua incapacidade de articular alianças e construir fundamentos sólidos para o seu governo. Tratava-se e trata-se de um governo tecnicista e pouco politizado que sobre pressão tende a ceder as reivindicações dos setores conservadores, isolando e criminalizando progressivamente as *classes subalternas*.

A fratura do *Bloco no Poder* levou a um progressivo descontentamento das frações de classe dominante com o governo. Basta observarmos como as *frações de classe* industrialistas e do agronegócio se distanciaram progressivamente do governo desde a primeira eleição de Dilma Rousseff. As condições desfavoráveis externas não permitiu que o país continuasse a apresentar taxas de crescimento econômico razoáveis e ao mesmo tempo as medidas adotadas para conter a crise gerava desequilíbrio fiscal. O *tripé macroeconômico neoliberal* consolidado por Lula, pela primeira vez passava a ser ameaçado. A incapacidade do governo Dilma manter a santíssima trindade neoliberal, levou a fissura do *Bloco no Poder*. Há um consenso de que a política macroeconômica do governo Lula era neoliberal. Quando as contas públicas começam a criar água (desequilíbrio das contas externas; aumento inflacionário; déficit das contas públicas; desindustrialização crescente...), cria-se o cenário para o retorno das medidas

ortodoxo-recessivas... Todo o discurso antidemocrático e antipopular volta a arena política: a) os salários estão acima do nível de produtividade; b) a legislação trabalhista brasileira é muito burocrática e cara, é preciso flexibilizá-la e barateá-la; c) o Custo Brasil seria muito elevado para os investidores. Nesse cenário de crise político-econômica e sociocultural profunda, elege-se um parlamento ultraconservador que articulou um conjunto de ataques aos direitos civis, políticos e sociais, que devido a particularidade da *via brasileira de modernização* atingiu diretamente as *classes subalternas*.

Parte IV

Pode-se dizer que os *processos de profissionalização e burocratização* que o *Partido dos Trabalhadores* passou mais vigorosamente dos anos de 1989 a 2002, apontam para duas questões essenciais: a) por um lado, transformou um *partido de massas* em um *partido de governo*, o que fez com que o partido chegasse ao poder rapidamente e se consolidasse enquanto uma liderança da *via de modernização conservadora*; e, b) por outro, essa transformação fez com que o partido entrasse em uma *crise orgânica* profunda que posicionou o partido em uma encruzilhada: ou se refunda em uma perspectiva de esquerda, mesmo que socialdemocrata clássica, ou passa pela crise e se transforma em mais um partido *fisiologista e clientelista* como todos os outros partidos de governo brasileiros. Tudo indica que a segunda alternativa será a mais provável.

Pode-se dizer que a *crise orgânica* enfrentada pelo *Partido dos Trabalhadores* possui três pontos fundamentais que se articulam umbilicalmente: a) o partido perdeu sua capacidade de formulação estratégica, visto que apostou na profissionalização e na burocratização do partido, atraindo para si um conjunto de oportunistas sem identidade alguma com a história do partido e com as próprias *classes subalternas*; b) o partido perdeu a capacidade de formação de quadros, visto que desativou e excluiu seus principais mecanismos de formação e renovação: as *tendências* e os *núcleos de base*, restando-lhe apenas a formação de quadros típicos dos processos de profissionalização e burocratização, que se limita a carreiristas e oportunistas *gatopardistas* que se amoldam as necessidades imediatas. Em larga medida, pode-se dizer que Dilma Rousseff, encontra-se nessa tipologia de quadros profissional-burocráticos de caráter *gatopardistas*; e, finalmente, c) o partido perdeu legitimidade frente a sociedade, como demonstram os dados de altíssimos índices de rejeição e baixíssimos índices de popularidade do

governo, expostos neste trabalho. Trata-se de um governo que a sua maior liderança não pode sequer comparecer em locais públicos ou mesmo se manifestar publicamente por meios de comunicação, que acaba gerando manifestações sociais de setores expressivos da sociedade brasileira, como os famosos panelaços que se espalharam por todo o país durante os primeiros meses de 2015 quando a presidente se pronunciava publicamente em rede nacional; e, que atingiram o *Partido dos Trabalhadores* em seu programa partidário na televisão realizado no dia 05 de maio, afetando inclusive a popularidade de sua estrela maior: Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de ter sido capaz de seduzir a sorte, Dilma Rousseff não teve a *virtú* necessária para conservar aquilo que a *fortuna* lhe reservou e presenteou. A presidente eleita não possui a astúcia e a destreza política dos grandes príncipes, na medida em que não conseguiu manter-se no poder de forma soberana, de tal forma a articular um nível de governança que lhe permitisse ser temida pela oposição e respeitada pelo povo, tampouco, amada. Por não possuir a *virtú* dos grandes príncipes, a presidente eleita não entendeu a necessidade da sagacidade e da astúcia política em captar e diagnosticar rapidamente o movimento e a dinâmica da política em cada particularidade objetiva, de tal forma a criar as condições necessárias para agir rapidamente em razão delas.

As eleições presidências de 2014 expressou claramente a fratura do *Bloco no Poder*, na medida em que a polarização que ocorrera nas eleições presidenciais anteriores, converteu-se em uma guerra fratricida entre o partido do *neoliberalismo moderado* e o partido do *neoliberalismo extremado*. Tratara-se de uma polarização que ganhara contornos divisionistas no país, todavia, ao fim e ao cabo, observar-se-ia que se tratava de uma guerra única e exclusivamente pelo poder, visto que não havia disputa de projetos de país. O que fez a diferença nesse clima de animosidade e beligerância social foram as estratégias de marketing, nas quais o *Partido dos Trabalhadores* tornou-se especialista, sendo seus principais protagonistas os marqueteiros políticos. A arte da enganação deu lugar a arte da política.

Como não havia disputa entre projetos de país, mas apenas uma guerra fratricida pelo poder, a estratégia de campanha dos marqueteiros políticos do *Partido dos Trabalhadores* optou pela via do acirramento da disputa eleitoral, adotando a estratégia da *chantagem do mal menor*, como forma de se diferenciar tanto do candidato Aécio Neves, quanto da candidata Marina Silva; o que após os resultados das eleições rapidamente demonstrou ser um *estelionato eleitoral*, visto que a presidente reeleita mentiu deliberadamente em sua campanha para a população brasileira.

Para entender melhor a crise política que levou ao colapso do segundo governo Dilma Rousseff, antes mesmo que se iniciasse, torna-se necessário retroagir um pouco no tempo. Em junho de 2013 iniciaram-se um conjunto de manifestações populares em São Paulo que se espalharam rapidamente pelas principais cidades do país. As movimentações levaram milhões de brasileiros as ruas. Todavia, se tratava de grupos sociais heterogêneos, com pautas e reivindicações das mais diversificadas e, portanto, não possuía clareza do caminho a se percorrer. O fato, fora que o *Movimento Passe Livre* funcionou como uma espécie de estopim para que se desencadeasse por todo o país um conjunto de manifestações que passaram a ocupar as ruas do país e colocar em xeque o próprio governo. Pode-se dizer que aquelas movimentações expressavam uma subjetividade social fraturada, a partir da qual emergiram críticas e reivindicações sócio-políticas imediatas e de toda natureza, mas que expressavam uma crise das instituições políticas brasileiras, ou seja, uma *crise de representatividade* que atingira diretamente a presidente e seu partido, visto que em um sistema de presidencialismo de coalisão o presidente passa a ser o alvo direto das insatisfações populares.

No entanto, dois pontos chamaram atenção naquelas manifestações: a) primeiro, a negação generalizada dos partidos políticos; e, b) segundo, a negação generalizada de movimentos sociais e dos partidos políticos historicamente vinculados a esquerda. Naquela momento, aprofundava-se o clima de cisão do país que viria a se expressar de maneira mais nítida nas eleições presidenciais de 2014. Toda propaganda de ódio e ressentimento antipetista feita durante uma década pelos meios de comunicação brasileiros, principalmente a partir do episódio da *Ação Penal 470* ganharam contornos divisionista nas *manifestações de 2013* e se aprofundaram no ano subsequente, principalmente no processo de sucessão presidencial de 2014 e o início da *Operação Lava Jato*.

O *gatopardismo* típico de uma *autocracia burguesa institucionalizada* tratou de criar uma cortina de fumaça e responsabilizar o *Partido dos Trabalhadores* por todos os males da sociedade brasileira. A *crise institucional* com claros contornos de *crise de representatividade*, foi canalizada para a espetacularização da *Operação Lava Jato* e enfraquecimento progressivo tanto da presidente reeleita quanto de seu partido, o que acabou desviando o foco de um parlamento extremamente autocrático e corrupto, bem como uma legislatura neoconservadora, que em seis meses de mandato atacou duramente direitos importantes das *classes subalternas*, como: a) a aprovação da Medida Provisória 665, que dificulta o acesso do trabalhador ao seguro desemprego e ao abono salarial; b) aprovação da Lei 4330/04, que passou a permitir a terceirização tanto de atividades-meio, quanto atividades-fins, a quarteirização de serviços e a

pejotização dos trabalhos, além de outras questões que caminham no sentido de aprofundamento da precarização do trabalho; c) aprovação da Medida Provisória 664 que altera e dificulta o acesso a pensão pro morte; d) veto da presidente a mudança do fator previdenciário; e) aprovação por meio de manobra regimental em 1º turno da Proposta de Emenda Constitucional 171/93, que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal. Entretanto, mesmo com esse forte avanço dos setores neoconservadores no parlamento e o forte processo de regressão político-cultural, a grande mídia tratou a questão como se o parlamento estivesse moralizando a política ao se desvencilhar do executivo. Assim, a crise institucional e de representatividade, manifesta nas pelas *Manifestações de 2013* fora tergiversada, de tal forma a sacrificar o bode expiatório Dilma Rousseff.

As *Manifestações de 2013* demonstraram um claro deslocamento entre as *classes dirigentes*, a função social das *instituições políticas* e a *sociedade civil brasileira*. Frente as manifestações pode-se observar um governo atônito e à deriva, sem capacidade de reação, que respondeu as *Manifestações* de duas maneiras: a) a clássica: repressão; e, b) a política: negociação e promessa de cumprir pontos de pautas específicos. Ora, o *Centaurus Quironte* brasileiro em ação tratou de esvaziar as manifestações. Como não havia organização e direção do processo, as manifestações se cindiram em grupos sociais antagônicos: a) uma pequena minoria: alinhada à concepções de esquerda e que defendiam abertamente os direitos civis, políticos e sociais; e, b) uma ampla maioria: alinhada a concepções neoconservadoras, que agregava inclusive grupos de extrema-direita, que se unificavam no e pelo discurso anticorrupção. Em outubro de 2013, o Instituto Datafolha revelou um dado importante para se compreender parte daquelas manifestações. A pesquisa dizia que 48% dos brasileiros se identificavam com valores ideológicos de direita e 30 % com valores ideológicos de esquerda (DATAFOLHA, 20/10/2013).



Importante destacar que somado a tal processo, pode-se observar um conjunto de progressivas mobilizações grevistas no Brasil desde 2010, com características particulares, visto que as bases de categorias começaram a deflagrar greves à revelia de suas direções sindicais, pois estas estavam comprometidas com uma estrutura de *sindicalismo de Estado* que cooptara progressivamente as lideranças sindicais para o governo. Trata-se de um processo composto por diversas variáveis políticas, para o qual o governo se tornou incapaz de responder politicamente. Por um lado, o *sindicalismo de Estado liberal-corporativo* estava no governo, todavia suas bases começaram a deflagrar greves à revelia de suas direções sindicais; por outro, um forte movimento neoconservador começava a se desenhar de maneira clara nas *Manifestações de 2013*, o que levaria a famigerada passeata pelo impeachment do dia 15 março de 2015.

Pode-se dizer que a principal virtude dos petistas, ao menos para as *frações de classe dominante* que compunham o *Bloco no Poder*, era a de controlar e despolitizar a *classe trabalhadora*. Os acontecimentos de 2013 e dos anos subsequentes demonstravam que essa virtude já não existia mais.

O processo de sucessão presidencial de 2014, se dá em meio a esse conjunto de variáveis políticas, que claramente desenhavam um processo divisicionista e de acirramento da disputa eleitoral. Tal processo se acirra ainda mais com o desaparecimento inesperado do presidenciável Eduardo Campos (PSB), a nova menina dos olhos das *classes dominantes* brasileiras. Em seu lugar ascende a candidatura presidenciável sua vice, Marina Silva. O dado é que os descontentamentos difusos se agravavam progressivamente em uma perspectiva neoconservadora e apontava para uma possível vitória de tais setores tanto nas eleições parlamentares quanto nas eleições presidenciais. Nas eleições parlamentares, confirmou-se tal diagnóstico, na medida em que se compôs, tanto na Câmara Alta, quanto na Câmara Baixa, um parlamento extremamente conservador. Nas eleições presidenciais, os marqueteiros políticos de Dilma Rousseff apostaram no acirramento e na polarização e conseguiram levar as eleições para o segundo turno, pintando um cenário de uma presidente mulher e ex-guerrilheira, contra um filho bem nascido das *classes dominantes* e privilegiado ao longo de sua trajetória por relações *patrimonialistas* e *clientelistas* que sua família tradicionalmente estabeleceu com as instituições políticas brasileiras.

No processo eleitoral, a candidata da situação encontrava-se abertamente vulnerável pela *crise de governo* que começava a dar sinais de aprofundamento em *crise política*. Ao mesmo tempo em que se avizinhava um cenário catastrófico do ponto de vista econômico, visto que o governo não possuía mais os dividendos políticos da popularidade de seu antecessor, tampouco contava com as reservas que o país disfrutara no processo em que se beneficiou do mercado internacional favorável; do ponto de vista político, as fraturas do *Bloco no Poder* começavam a se alargar progressivamente, principalmente com os primeiros desdobramentos da *Operação Lava Jato*.

Em um *partido de governo* incapaz de formar e renovar seus quadros e, portanto, criar mecanismos de capacidade de formulação, restava ao *Partido dos Trabalhadores* entregar pura e simplesmente a estratégia de campanha nas mãos de seus marqueteiros políticos. A aposta dos marqueteiros fora certa, trabalhar com o processo de acirramento e divisão da sociedade a partir da *chantagem do mal menor*, que após a vitória converteu-se rapidamente em *estelionato eleitoral*. A partir de uma jogada de marketing em que se percebeu o avanço dos setores neoconservadores da sociedade, optou-se por criar uma falsa polarização entre: neodesenvolvimentismo x neoliberais; progressistas x conservadores. Essa falsa imagem pintada pelos marqueteiros políticos do *Partido dos Trabalhadores*, a partir da *chantagem do mal menor* servira para desativar tanto os partidos de esquerda quanto os movimentos sociais,

que em larga medida ou liberaram sua militância para votar na situação ou chamaram voto nulo.

Para além do *estelionato eleitoral* cometido pela presidente reeleita, um dado importante a se observar fora o de que a população brasileira, em sua maioria, rejeitou o projeto neoliberal claramente. Todo esse processo evidenciou o processo de *transformismo* pelo qual o PT passou e que culminou em um governo fraco, submisso e completamente esvaziado politicamente, visto que suas principais lideranças compõem uma *aristocracia operária*, técnico-profissional incapaz de formular politicamente e dar respostas objetivas acerca do processo de crise, tanto do partido, quanto de representatividade. Tratara-se de uma vitória pirrica, na medida em que o partido reelegeu a presidente da república, fez a maior bancada na Câmara dos Deputados, no entanto, a conformação tanto da Câmara quanto do Senado expressavam a ascensão neoconservadora que vinha se expressando e que claramente imobilizou o partido.

Assim, pode-se dizer que o resultado das eleições presidenciais de 2014 demarcaram o divisor de águas de uma *crise de governo* que se aprofundou em *crise política*. O resultado das eleições demarcam o colapso do *Bloco no Poder* constituído por Lula em 2002 e a incapacidade da cúpula do governo Dilma Rousseff em rearticulá-lo e dirigi-lo. As manifestações pelo impeachment dos dias 15 de março e 12 de abril expressaram claramente esse colapso e a incapacidade do governo eleito de dirigir o processo. Em meio à *crise política*, a crise econômica se aprofundou com a perda de competitividade no mercado externo dos produtos brasileiros, o que levou a economia a uma estagnação técnica no ano de 2014. Frente a incapacidade do governo eleito de dirigir o processo, a presidente eleita Dilma passa a todo tipo de concessões às diversas frações de *classe dominantes*. Em meio a concessões de toda natureza, impõem-se a política-econômica ortodoxo-recessiva, a partir da qual se arquiteta uma ofensiva brutal do capital sobre o trabalho. Tratara-se de fazer as classes subalternas pagar o almoço das classes dominantes. Afinal, como afirmam os “neoliberais não existe almoço gratuito”.

Após as eleições Dilma Rousseff trata de fazer concessões de diversas naturezas para remendar a fratura do *Bloco no Poder*: a) mantém o câmbio depreciado para favorecer o agronegócio e os exportadores de *commodities*, de tal forma a entregar o Ministério da Agricultura a representante do grande latifúndio no Brasil, a senhora Kátia Abreu; b) aumenta as taxas de juros para garantir a lucratividade do setor financeiro, de tal forma a entregar o Ministério da Fazenda ao representante do capital rentista, Joaquim Levy; c) articula um

conjunto de ataque as leis trabalhistas para garantir as altas taxas de lucro do setor produtor de mais-valor, a partir da aprovação da Lei 4330, que há dez anos encontrava-se engavetada pelo Congresso Nacional, entregando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ao senhor Armando Monteiro Netto. Ora, tratara-se de garantir e recompor os interesses do *grande capital*, para se manter no poder, mesmo sem governar.

O projeto de poder pelo poder, colocou-se acima das bandeiras históricas defendidas pelo próprio Partido dos Trabalhadores, de tal forma que sua legitimidade e representatividade foram caindo progressivamente, chegando inclusive a afetar a popularidade de sua estrela de maior luz ou sua única estrela, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse processo de crise de representatividade, somada a crise orgânica do *Partido dos Trabalhadores*, o *fisiologismo* e o *clientelismo*, típicos do PMDB, passaram a falar mais alto. Como o Partido dos Trabalhadores perdera sua capacidade de direção, as lideranças históricas do PMDB, inclusive o vice-presidente, se aproveitaram da fragilidade do *Partido dos Trabalhadores* para ocupar espaço no governo e expandir suas possessões políticas. Articula-se uma oposição dentro da situação, de tal forma a aprofundar ainda mais a crise do governo. Liderada por Michel Temer (vice-presidente), Renan Calheiros (Presidente do Senado) e Eduardo Cunha (Presidente da Câmara dos Deputados), articula-se uma oposição dentro da situação que o PSDB e seus aliados menores pegam carona.

A *vitória de pírrica* fora consumada, de tal forma que o Partido dos Trabalhadores sacrificou todos os seus “soldados” em batalhas de poder pelo poder, sem que tivesse no horizonte um projeto de país capaz de realizar as transformações e mudanças necessárias. Tem-se hoje um governo eleito sem capacidade de direção. Nesse contexto, a fratura do *Bloco no Poder* descarta a capacidade do *Partido dos Trabalhadores* em conduzir o processo de acumulação do capital. A grande mídia mobiliza toda a *intelectualidade orgânica liberal-burguesa* para justificar e legitimar as novas medidas para a população. Semelhantemente a *Ação Penal 470*, a *Operação Lavo Jato* torna-se um mecanismo eficiente de desmonte progressivo da *hegemonia civil* petista e suas zonas de influência tanto nas *classes dominantes*, quanto nas *classes subalternas*. Tratara-se de desestruturar a base de sustentação do governo petista, como forma de fragiliza-lo politicamente e impor uma pauta regressiva tanto política, quanto econômica, mas também sociocultural. Sem base de sustentação parlamentar e tampouco extraparlamentar, o governo transita de sua posição de neoliberalismo moderado para uma posição de neoliberalismo extremado, promovendo duros ataques a *classe trabalhadora*.

Como o Partido dos Trabalhadores apostou na desmobilização e despolitização da classe trabalhadora se vê coagido a ceder a todas as pressões das classes dominantes para continuar no poder. Um dado importante a se observar fora que os neoconservadores passaram a pressionar progressivamente o governo, tanto pelo parlamento, quanto pelas manifestações de rua. A direita passa a expressar traços preocupantes no novo cenário político brasileiro: possui base social que vai as ruas se manifestar reivindicando pautas regressivas socioculturais e políticas, chegando inclusive a reivindicar a derrubada do governo eleito pela via das Forças Armadas.

O clamor público, com forte viés ideológico de direita, passa a convergir para um *governo bonapartista*. Nesse cenário de crise política que se aprofunda, as *classes dominantes* se dividem, na medida em que a derrubada de um governo eleito dentro das *regras do jogo* instituídas, poderia, no limite, conduzir a sociedade a um processo de *luta de classes aberta*. Esse cenário de instabilidade política e de crise de representatividade, passa a favorecer a todo tipo de contrarreformas. Essa nova dinâmica da *luta de classes* no Brasil coloca o *Partido dos Trabalhadores* é posto em uma encruzilhada: ou defende o governo abertamente neoliberal; ou, defende sua posição histórica de partido de esquerda. O V Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorrido em Salvador-BA, entre os dias 11 e 13 de junho de 2015, optou claramente pela primeira alternativa.

Inicia-se um processo de reacomodação da *correlação de forças* no interior do *Bloco no Poder*, na medida em que a vertente *neoliberal moderada* petista, já não servira mais aos interesses desse Bloco hegemônico pelo capital financeiro. Tratar-se-ia de trazer de volta ao poder a ortodoxia neoliberal.

Ponto V: Considerações Finais

A tese do *impeachment* seria uma variável política viável? Do ponto de vista do jogo político não parece ser razoável pensar em um processo de impedimento da presidente reeleita. Primeiro, porque romper-se-ia com as *regras do jogo* instituídas, o que abriria as portas para um golpe de Estado, o que acabaria por aprofundar o espírito de cisão já presente na sociedade, de tal forma que poder-se-ia caminhar para um cenário de *luta de classes aberta*. Segundo, porque o processo de *impeachment* conduziria a oposição liderada pelo PMDB-PSDB ao poder,

o que implicaria em administrar uma crise político-econômica profundas, bem como o próprio espírito de cisão presente na sociedade, que acabariam influenciando as eleições municipais de 2016 e as próprias eleições presidenciais de 2018. Terceiro, a oposição perderia seu principal mecanismo de pressão política, na medida em que poderia manter o governo eleito no poder, desgastando-o e debilitando suas forças progressivamente, como forma de administrar a crise político-econômica indiretamente, ao mesmo tempo, em que garantiria bons desempenhos nas eleições municipais de 2016 e nas eleições presidenciais de 2018, visto que seu principal adversário encontrar-se-ia completamente debilitado para a disputa eleitoral. A tese do *impeachment* apareceria enquanto uma variável política de pressão como forma de debilitar progressivamente o adversário, bem como a crise de legitimidade enfrentada pelo governo. Para a oposição, a tese mais viável seria manter o *Partido dos Trabalhadores* no poder, visto que se manteria a cortina de fumaça acerca da *crise de representatividade* e da *crise institucional*, próprias de *autocracias burguesas institucionalizadas*, como o caso brasileiro, sem que se questionasse os fundamentos das instituições políticas brasileiras. Assim, toda insatisfação popular seria canalizada para o *Partido dos Trabalhadores*, bem como para o governo petista, sem que se questionasse o processo de *hegemonia civil* do grande capital.

RÊFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Xamã, 1999.

DAHL, Robert A. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven, Yale University Press, 1971.

GRAMSCI, Antonio. *Os cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. (vol.2); Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3ªed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Os cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. (vol.3); Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. – Rio de Janeiro: UFRJ/São Paulo: UNESP, 2004.

MANNHEIN, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Globo, 1956.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Citizenship and social class and other essays*. Cambridge: CUP, 1950.

MARX, KARL. Glosas críticas marginais ao artigo: O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. In. *Revista Práxis* p.68-91. – Belo Horizonte-MG: Práxis, 1995.

_____. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; e, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manuscritos econômicos filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. – São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. – São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Sobre a questão judaica*. Trad. Nélio Schneider. – São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider. – São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. – São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. *A sagrada família*. Trad. Marcelo Backes. – São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Lutas de Classes na Alemanha*. Trad. Nelio Schneider. – São Paulo: Boitempo, 2010.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. – São Paulo: Boitempo, 2015.

MICHELS, Robert. *Os Partidos Políticos*. – Trad. Hamilton Trevisan. São Paulo: Senzala, [19-].

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Petite collection v.01 e 02. – Paris: François Maspero, 1972.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda (Org.). *Jornadas de junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

SECCO, Lincoln. *História do PT 1978-2010*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Marcelo Lira. Ética e Política em Hegel: as formas determinativas do Estado Democrático De Direito. In. *Aurora*. Marília, v.04, n.2, p.117-143, Jan./Jun. 2011a.

_____. Os Fundamentos do Liberalismo Clássico: A relação entre estado, direito e democracia. In. *Aurora*. Marília, v.05, n.1, p.121-147, Jul./Dez. 2011b.

_____. Ética e moral reificada: uma análise da teoria da justiça ralwsiana. In. *ORG & DEMO*. Marília, v. 13, n. 2, p. 93-118, Jul./Dez., 2012a.

_____. A moral deontológica como síntese da alma e das formas do estado liberal. In. *Aurora*. Marília, v.05, n.2, p.11-40, Jul./Dez. 2012b.

_____. A natureza e os fundamentos do neoliberalismo. In. *ORG & DEMO*. Marília, v. 14, n. 2, pp.127-154, Jul./Dez., 2013a.

_____. Ética e Política em Rousseau: a natureza e os fundamentos das instituições políticas públicas. In. *Novos Rumos*. Marília, v.50, n.01, pp.01-30, Jan./Jun. 2013b.

_____. Teoria da justiça, ética e moral deontológica: os fundamentos do contratualismo de Kant. In. *Poliética. Revista de Ética e Filosofia Política*. São Paulo, v.01, n.2, p.145-71, Jul./Dez. 2014.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*. São Paulo, nº 85, p. 83-102, dez. de 2009.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota; 3ªed. – São Paulo: Cultrix, 1968.

G1 <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html> Acessado em 24/06/2013

ESTADÃO <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,avaliacao-negativa-do-governo-dilma--de-68--bate-recorde-em-29-anos,1717085#> Acessado em 04/08/2015

FOLHA DE SÃO PAULO <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669471-protesto-contra-dilma-reuniu-135-mil-em-sao-paulo-mostra-datafolha.shtml?cmpid=bnfolha> Acessado em 16/08/2015

FOLHA DE SÃO PAULO <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>

FOLHA DE SÃO PAULO <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>

Site UOL <http://eleicoes.uol.com.br/2006/placar/infograficos/camaradeputados.jhtm>

Folha de São Paulo, 30 de dezembro de 1990.

novo.fpabramo.org.br/contente/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes Acessado em: 31/07/2015

Folha de São Paulo, 22 de junho de 2002. Acessado em 24/03/2014.

FOLHA DE SÃO PAULO <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

FOLHA DE SÃO PAULO <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41684.shtml>

FOLHA DE SÃO PAULO http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/congresso_nacional-camara_dos_deputados.shtml

FOLHA DE SÃO PAULO <http://eleicoes.folha.uol.com.br/2014/1turno/senador/sp.shtml>

IG <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-26/mapa-do-poder-pmdb-termina-eleicoes-com-mais-governadores-veja-infografico.html>

PORTAL TERRA <http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1169138-EI7803,00.html>

FOLHA DE SÃO PAULO. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1671307-janot-protocola-denuncia-contracunha-no-stf.shtml?cmpid=bnfolha> Acessado em 20/08/2015

G1 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/manifestantes-protestam-favor-do-governo-dilma-em-cidades-do-brasil.html> Acessado em 20/08/2015

EBC <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/pesquisas-revelam-retrato-social-e-racial-de-manifestantes> Acessado em 18/08/2015

ÉPOCA <http://epoca.globo.com/tempo/filtro/noticia/2015/04/datafolha-75-sao-favor-dos-protestos-contrao-governo-dilma.html> Acessado em 11/04/2015

BBC BRASIL
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150412_protestos_abril_analise_pai_ms
Acessado em 12/04/2015

PORTAL UOL <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/13/entidades-sindicais-realizam-novos-atos-pro-dilma-em-11-estados.htm> Acessado em 13/03/2015

FOLHA DE SÃO PAULO <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669471-protesto-contradilma-reuniu-135-mil-em-sao-paulo-mostra-datafolha.shtml> Acessado em 16/08/2015

CARTA CAPITAL <http://www.cartacapital.com.br/manifestacoes-no-dia-16-8> Acessado em 16/08/2015

ELPAIS BRASIL http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/16/politica/1439728675_375038.html
Acessado em 19/08/2015

DATAFOLHA <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/indice-1.shtml> Acessado em 06/08/2015

FOLHA DE SÃO PAULO <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contrao-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml> Acessado em 15/03/2015

FOLHA DE SÃO PAULO. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602671-ato-da-cut-em-sao-paulo-teve-41-mil-participantes-mostra-datafolha.shtml> Acessado em 13/03/2015

FOLHA DE SÃO PAULO. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615697-protesto-contradilma-reune-cem-mil-na-avenida-paulista-diz-datafolha.shtml> Acessado em 12/04/2015

FOLHA DE SÃO PAULO. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669471-protesto-contradilma-reuniu-135-mil-em-sao-paulo-mostra-datafolha.shtml> Acessado em 16/08/2015

FOLHA DE SÃO PAULO. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1671608-camargo-correa-faz-acordo-e-devolvera-r-700-milhoes.shtml?cmpid=newsfolha> 21/08/2015

FOLHA DE SÃO PAULO. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1671019-reducao-da-maioridade-penal-e-aprovada-na-camara.shtml?cmpid=bnfolha> 19/08/2015

GLOBONEWS <http://globosatplay.globo.com/globonews/v/4235826/> Acessado em 06/06/2015.

MACIEL, David.
http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7355_Maciel_David.pdf Acessado em 20/08/2015

_____.
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364652162_ARQUIVO_Comunicacaopara_anpuh2013.pdf Acessado em 20/08/2015

_____. <http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015/mc82/Tc821.pdf> Acessado em 20/08/2015

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Cartas_de_Concerta%C3%A7%C3%A3o_-_03-2004_-_pdf Acessado em 24/08/3015

EM.http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/08/24/interna_politica,681360/governo-anuncia-que-vai-cortar-10-ministerios-ate-setembro.shtml Acessado em 24/08/2015

PORTAL UOL. <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/08/24/governo-estuda-cortar-10-ministerios-diz-ministro-do-planejamento.htm> Acessado em 24/08/2015

PORTAL G1. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/em-ato-pro-dilma-54-aprovam-governo-diz-datafolha.html> Acessado em 21/08/2015

PORTAL G1. <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/desemprego-ficou-em-83-no-segundo-trimestre-de-2015-diz-ibge.html> Acessado em 25/08/2015